

A BARRANCA ESTIGMATIZADA E SEUS LUGARES MALDITOS: A CONSTRUÇÃO SIMBÓLICA DO ESPAÇO URBANO NA EXPANSÃO DA FRONTEIRA EM GOIÁS (1941-1953)

Sandro Dutra e Silva¹

Resumo: Este artigo tem por objetivo analisar os processos de resistência a processos de estigma social na formação urbana de duas localidades em Goiás nas décadas de 1940 e 1950. As cidades de Ceres (Colônia) e Rialma (Barranca) desenvolveram processos urbanos distintos, apesar de terem originado de uma mesma política de migração e colonização. Uma cidade planejada (Ceres) e outra de formação espontânea (Rialma), separadas por um rio e unidas por uma ponte, estabeleceram processos de estigmatização e de resistência à figuração do estigma social. A base teórico-metodológica fundamenta-se nos processos de distinção e na figuração do estigma social. Diferentes fontes históricas foram utilizadas nessa pesquisa com depoimentos, literatura, relatos memorialistas, documentação oficial. O resultado é um importante estudo de caso sobre a formação urbana em Goiás durante a expansão da fronteira.

Palavras-chave: estigma social; fronteira; urbanização; Oeste brasileiro.

THE CITY OF STIGMA AND ITS BLOODY PLACES: THE SYMBOLIC CONSTRUCTION OF URBAN SPACE IN THE EXPANSION OF THE FRONTIER IN GOIÁS (1941-1953)

Abstract: This article aims to analyze the resistance to social stigma processes in the urban formation of two locations in Goiás in the 1940s and 1950s. The cities of Ceres (Colônia) and Rialma (Barranca) developed distinct urban processes, despite having originated from a common migration and colonization policy. A city that was planned out (Ceres) and the other that was formed spontaneously (Rialma), separated by a river and joined by a bridge, set stigmatization and resistance processes to the social stigma figuration. The theoretical and methodological basis is founded on the distinction processes and social stigma figuration. Different historical sources were used in this research such as interviews, literary writings, memoir reports and official documentation. The result is an important case study of the urban formation in Goiás during the frontier's expansion.

Keywords: social stigma; frontier; urbanization; Western Brazil.

* Esse artigo é parte da pesquisa de doutorado em História pela Universidade de Brasília, defendido em 2008, intitulada “*Os estigmatizados: distinções urbanas às margens do rio das Almas em Goiás – 1941 a 1959*”.

¹ Professor titular da Universidade Estadual de Goiás (UEG), atuando nos Programas de Pós-Graduação em Recursos Naturais do Cerrado e no Programa de Pós-Graduação em Territórios e Expressões Culturais do Cerrado. É professor do Centro Universitário de Anápolis. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq 2. E-mail: sandrodutr@hotmail.com.

Introdução

O processo de colonização e ocupação do Oeste brasileiro na primeira metade do século XX foi motivado, sobretudo pela expansão da fronteira agrícola. O movimento político da Marcha para o Oeste, que além de se materializar em políticas de deslocamento demográfico, foi também um importante projeto ideológico de nacionalização que fez uso de categorias e personagens históricos ligados ao sentido da brasilidade. Uma ideia de modernização do interior do país, cujo elemento ideológico procurava suplantar a categoria histórica do sertão, amplamente difundido, pelo sentido modernizante adotado pelo uso do termo “Oeste”. Não era apenas uma mudança semântica, mas principalmente o uso simbólico de novas categorias carregadas de pressupostos ideológicos (DUTRA E SILVA et. al, 2014). Nesse sentido é que o projeto inicialmente agrário pode ser observado, também, pelos processos norteadores da formação urbana e da modernização de Goiás entre as décadas de 1940 a 1950. O tema da fronteira tem sido retomado pela historiografia brasileira, sobretudo pelas conexões e referências entre os estudos do Oeste americano e o sertão brasileiro (TURNER, 2010; McCREERY, 2006; DUTRA E SILVA; SÁ; SÁ, 2015; OLIVEIRA, 2000; SMITH, 2009). Esse artigo procura se referenciar nos elementos constitutivos da formação urbana em Goiás nesse período, mas não utilizando os elementos do planejamento, que seria o objeto mais característico dessa análise. O trabalho procura focalizar os processos sociais entre o planejamento e a formação espontânea, identificando as lutas sociais entre duas cidades originadas do processo de colonização e assentamento rural em Goiás na década de 1940, no processo da expansão da fronteira conhecido como Marcha para o Oeste (LENHARO, 1986; MARIN; NEVES, 2013).

Dois grandes exemplos dos processos de planejamento urbano em Goiás nas décadas de 1930 e 1940 foram as cidades de Goiânia (1933) e Ceres (1941). A imprensa oficial muitas vezes utilizou o discurso da Marcha para o Oeste para caracterizar a construção de Goiânia como o seu principal símbolo. Apesar da crítica fundada, de que Goiânia iniciou a sua construção em 1933, portanto anterior à política de colonização do Oeste de 1938, teve o seu processo de implantação e inauguração durante o período áureo da Marcha. O batismo cultural que marcou a inauguração da cidade ocorreu em 1942. O projeto urbano teve um viés político de ruptura com os símbolos da oligarquia agrária que dominava a antiga capital, a Cidade de Goiás, reduto da família Caiado. O discurso

modernizador da nova capital se baseava nos traçados urbanísticos e no estilo *art déco*, que foi o elemento arquitetônico marcante do projeto urbano de Goiânia.

Outro exemplo de planejamento urbano para Goiás nesse período foi a cidade de Ceres, localizada a 170km a norte de Goiânia, e que foi a sede da Colônia Agrícola Nacional de Goiás – CANG. No interior da política da Marcha para o Oeste, surgiu em 1941 a criação das Colônias Agrícolas Nacionais pelo decreto 3.059/1941. Esse decreto previa que as áreas de colonização agrícola seriam locais privilegiados para receber uma migração interna de camponeses sem terra. Esses colonos receberiam lotes rurais nos assentamentos e ao mesmo tempo as colônias deveriam ser centros irradiadores da modernização urbana, a partir do planejamento das cidades sedes das colônias agrícolas (DUTRA E SILVA, 2008).

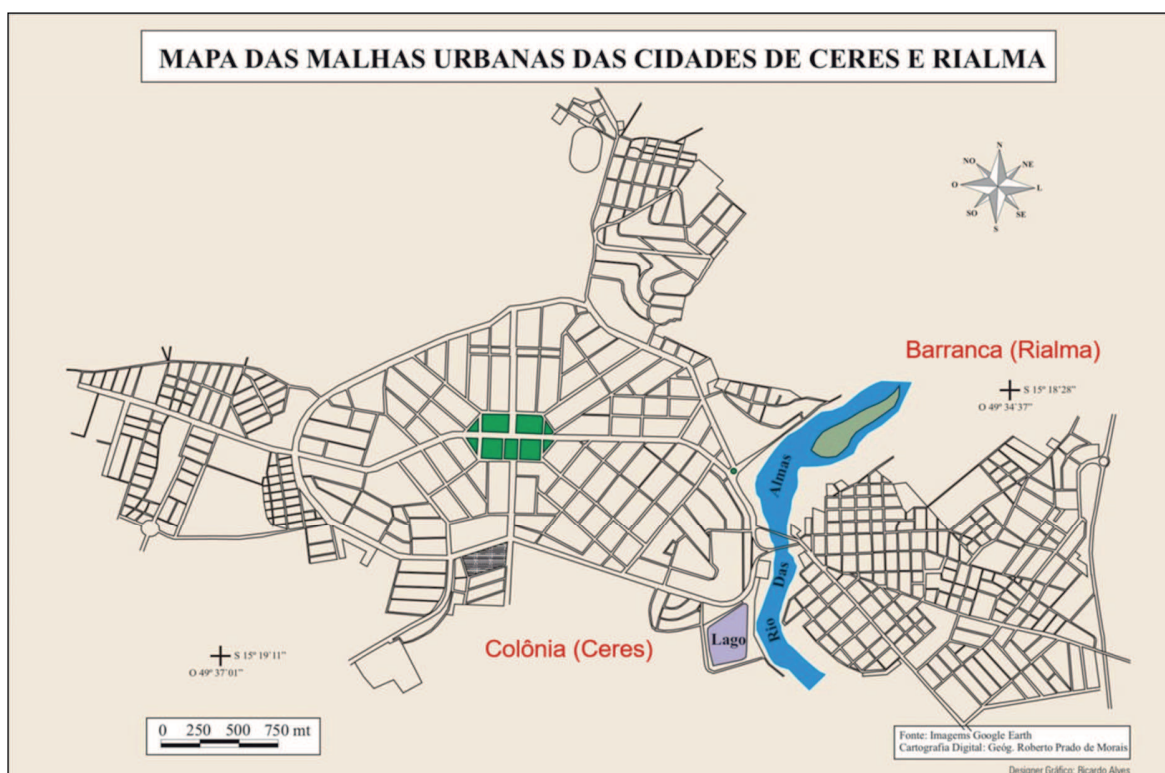
Um fenômeno interessante e que justifica esse trabalho no que se refere às lutas sociais nos espaços diversos das cidades, é que o projeto de colonização e urbanização da CANG, ao invés de criar uma cidade, fez surgir duas localidades urbanas, paralelas, contraditórias e distintas. A geografia favorecia essa divisão, na medida em que o rio separava dois mundos sociais e duas formas distintas de urbanização. Na margem esquerda do rio das Almas localizava-se a sede da CANG, na época denominada de Colônia. A Colônia (Ceres) nascia de um projeto urbanístico desenvolvido no Rio de Janeiro pelos articuladores da Marcha e do Estado Novo (1937-1945). Do outro lado do rio nascia o aglomerado urbano da Barranca (Rialma), que se caracterizava pela ocupação espontânea do espaço e organização e distribuição social da cidade a partir dos próprios pioneiros que acompanharam a expansão demográfica da fronteira em Goiás. No Mapa 1 podemos identificar a separação urbana desses dois municípios atualmente. Mas durante as décadas de 1940 e 1950 essas localidades vivenciaram lutas simbólicas fundamentadas na distinção e visão de mundo acerca do seu espaço social. O que torna esse processo de formação urbana distinto não é apenas a organização e distribuição social do espaço, mas sobretudo os elementos de demarcação da diferença entre os grupos sociais ocupantes das duas localidades.

Apesar de experimentarem uma mesma temporalidade na ocupação, pois vieram como imigrantes da Marcha, e terem uma estrutura social semelhante (camponeses sem terra), a relação entre as duas comunidades foi baseada no conflito social. A Colônia

A BARRANCA ESTIGMATIZADA E SEUS LUGARES MALDITOS

representava a cidade das normas, em que o projeto de fixação no espaço social dependia do cumprimento de normas coercitivas e moralizantes no cotidiano da cidade. A Barranca, por sua vez, caracterizava-se como um espaço típico da cidade de fronteira e os códigos sociais da aventura e da valentia. Ao mesmo tempo, não experimentava da centralização do poder que caracterizava a colonização na outra margem do rio.

Mapa 1: Malha urbana de Ceres e Rialma



Fonte: Dutra e Silva, 2008.

A nossa fundamentação teórica para essa análise se baseou nas categorias das lutas simbólicas para a constituição do espaço social apresentado por Pierre Bourdieu (1997; 1998; 2003; 2008), como processos sociais para determinar a distinção, bem como os capitais e os hábitos que dão legitimidade na demarcação do espaço social. No caso da Colônia, essas referências podem ser observadas não apenas nos elementos imaginários da consciência da diferença, mas também são percebidas nas relações cotidianas, orientadas por coerções nas normatizações oficiais, interpretadas como práticas e estilo de vida. Essas experiências estruturais e culturais permitiram o estabelecimento de práticas sociais

distintas para a Colônia, cuja característica marcante foi a racionalidade que se impôs pela ocupação planejada. Esses traços de distinção se reforçavam na consciência estabelecida para o lugar e na negação das práticas sociais da vizinha Barranca. Nesse sentido as generalizações e estigma social da Barranca tinha a finalidade de demarcar a distinção do grupo estigmatizador, baseando-se na negação do outro.

Também utilizamos os fundamentos teórico-metodológicos da dinâmica social do estigma apresentado por Norbert Elias (2000). Para Elias a análise da dinâmica do estigma social é uma tarefa metodologicamente complexa. O seu modelo interpretativo baseia-se em um rigoroso exame da imagem que cada pessoa faz da posição de seu grupo e de seu próprio status como membro pertencente a esse grupo. O autor se apropria do que ele chama de “método de figuração”, cujo procedimento propõe investigar os mecanismos constituintes da perspectiva específica que cada grupo estabelecia de si e do outro. Essa abordagem é também chamada por Elias de “figuracional”, ao distinguir dinâmica social do estigma da concepção de preconceito, na medida em que as estratégias utilizadas procuravam identificar no outro grupo os traços da diferença e inferioridade, não considerando os atributos da negação nos indivíduos, isoladamente, mas na visão generalizada e pejorativa do conjunto social. A estigmatização pode ser percebida na figuração formada pelos grupos implicados, a partir do contexto de interdependência, que caracterizavam as relações de poder e a natureza dessas relações (o que Bourdieu define como “violência simbólica). Para o autor, um grupo só pode “estigmatizar outro com eficácia quando está bem instalado em posições de poder das quais o grupo estigmatizado é excluído. Enquanto isso acontece, o estigma de desonra coletiva imputado aos outsiders pode fazer-se prevalecer” (ELIAS, 2000: 23).

A principal referência feita na demarcação da distinção entre os grupos sociais estava na afirmação e na consciência coletiva da Colônia de que a Barranca era composta pela população excluída dos processos seletivos da colonização federal. Apesar de terem a mesma origem social, um grupo se considera eleito, lançando sobre o outro o estigma da rejeição. A segunda referência se fundamentava na afirmação que na Barranca prevalecia a desordem e a vagabundagem, na qual o grupo estigmatizador procurava reforçar o cotidiano de violência, sobretudo a partir das ocorrências policiais na zona de meretrício.

Aos moradores da Colônia, por sua vez, a proibição de casas de prostituição e de venda de bebida alcoólica era percebido como traços de civilidade e de moralidade urbana.

De forma geral o estigma social procurava lançar sobre a Barranca as marcas de ocupação provisória, do ócio, da festividade, da vagabundagem e espaço em que o controle social era ausente. Dessa forma algumas questões foram norteadoras para o trabalho, a saber: como essa estratégia de estigmatização repercutia nos moradores da Barranca? Como eles assimilaram esse estigma? Os conflitos sociais estavam apenas no universo das representações ou eles ocorriam em confrontos diretos entre os dois grupos? E como a Barranca repercutia a dinâmica do estigma social e quais foram as suas estratégias de resistência à figuração de estigmatizada?

Assim, esse artigo não tem por objetivo apresentar os discursos urbanos da Colônia como cidade planejada nem nos seus mecanismos estruturais que a caracterizavam como grupo estigmatizador. Nosso foco será as formas de resistência do grupo que sofria as figurações dos estigmas sociais. Portanto, a intenção é focalizar os processos de resistência do grupo social da Barranca aos estigmas sociais imputados àquela comunidade. Procuramos apresentar as lutas simbólicas travadas pela distinção e constituição do espaço social entre as duas localidades, mas a ênfase aqui nesse artigo é a forma como a Barranca buscou se constituir como espaço urbano distinto frente aos estigmas sociais. Esse trabalho se baseou em diferentes fontes documentais, como relatos orais, memorialistas, literatura e outros registros que possibilitaram identificar os traços do estigma social e também das formas de resistência à figuração de cidade estigmatizada. O nosso recorte temporal será entre os anos de 1941 a 1953, período em que ocorre a criação da CANG até a emancipação das duas localidades em dois municípios distintos, Ceres (antiga Colônia) e Rialma (antiga Barranca).

A memória coletiva da Barranca e o tipo ideal das cidades brasileiras

De acordo com Araújo (1997), a formação das cidades brasileiras caracterizava-se pelo “signo do provisório”, cujo princípio que norteava essa experiência fundamentava-se no senso de desapego e desleixo com o lugar. Nessa representação urbana, a relação estabelecida entre a população e o lugar impossibilitava a constituição do senso de

pertencimento, na medida em que o espaço social era visto como ponto de passagem, *locus* de experiência provisória, portanto, sem vínculos. No caso da Barranca, o signo do provisório, além de impossibilitar a emergência do senso de pertencimento, permitiu, justamente por esse desapego ao espaço social, o estigma por parte dos moradores da Colônia, na medida em que as estratégias de estigmatização estabelecem-se num contexto de interdependência, em que persistiam relações de poder específicas, cuja peça central foi o equilíbrio instável de poder (ELIAS, 2000).

O caso é interessante na relação entre a Colônia e a Barranca, na medida em que a lógica do espaço planejado e do espontâneo se apresentava um de frente ao outro, com um rio separando as duas localidades e permitindo as lutas simbólicas da distinção pela negação do outro. Uma experiência inicial que evidencia a representação da distinção pode ser observada a partir do uso de léxicos de estigmatização lançados sobre a Barranca e seus moradores. Os termos “Barranca” e “barranqueiros”, a princípio, eram utilizados na tentativa explícita de demarcar o grupo social que não pertencia às experiências da Colônia. O lugar (Barranca) e seus moradores (barranqueiros), na representação social da Colônia, simbolizavam a condição do “outro”, o *outsider*, aquele que se situava para além das fronteiras do seu espaço social e, portanto, diferente². Era comum o uso do termo barranca para denominar os paredões situados às margens dos rios (a barranca do rio tal), mas que na luta simbólica pela distinção, o uso das palavras era intencional, para demarcar o lugar dos excluídos e marginalizados pelo processo de seleção da Colônia.

Os léxicos da estigmatização, muito mais do que apenas denominar, demarcam as relações de poder, na medida em que evidenciam os sujeitos que impunham a linguagem, bem como as intenções dos vocábulos e os referenciais simbólicos que eles suportavam. Ficava evidente, ainda, o desejo de realidade que as representações indicavam e que foram lançadas na luta pela constituição material e imaginária do lugar (PESAVENTO, 1999).

² Pesavento (1999), referenciando-se em Pierre Bourdieu, analisou os vocabulários da estigmatização urbana em Porto Alegre, lançados sobre determinados lugares, personagens e práticas sociais no final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX. A autora identificava os “lugares malditos” da cidade, a partir do uso das linguagens para identificar certos espaços da cidade, com a finalidade de demarcar esses lugares “amaldiçoados” (no caso estudado, os becos de prostituição em áreas centrais da capital gaúcha). A autora fundamentava-se na compreensão das representações expressas pelo uso da linguagem nas lutas simbólicas de poder, utilizando assertivas do sociólogo francês ao afirmar que, as palavras e os nomes que constituem uma realidade social são, ao mesmo tempo, os alvos e os frutos de uma luta política, possibilitando assim compreender o real como um campo de lutas para definição do que é o real.

As representações urbanas dessas sociedades ribeirinhas do rio das Almas identificavam na Colônia o *locus* do poder simbólico, cuja vontade de distinção lança sobre a Barranca a representação do “outro”, do diferente, da cidade estigmatizada. O rio delimitava as fronteiras geográficas, enquanto, outras demarcações se constituíam por meio do uso das palavras, que por sua vez traduziam novas fronteiras imbuídas da necessidade da distinção. Os léxicos de depreciação da Barranca constituem-se, portanto, em indício das experiências de lutas simbólicas travadas entre essas localidades, identificando a origem social da cidade estigmatizada e os agentes da estigmatização.

A visão depreciativa sobre os moradores da Barranca, geralmente generalizada pelos depoimentos, aparecia nos relatos muito mais para justificar as práticas e os valores sociais da cidade estigmatizadora do que para simplesmente fazer menção ao passado da localidade vizinha. A necessidade de afirmar e distinguir as normatividades e coerções sociais identificadas como um estilo de vida ordeiro e racional se justificava na comparação ao senso improvisado e aventureiro do grupo que se formava na outra margem do rio. De acordo com Holanda,

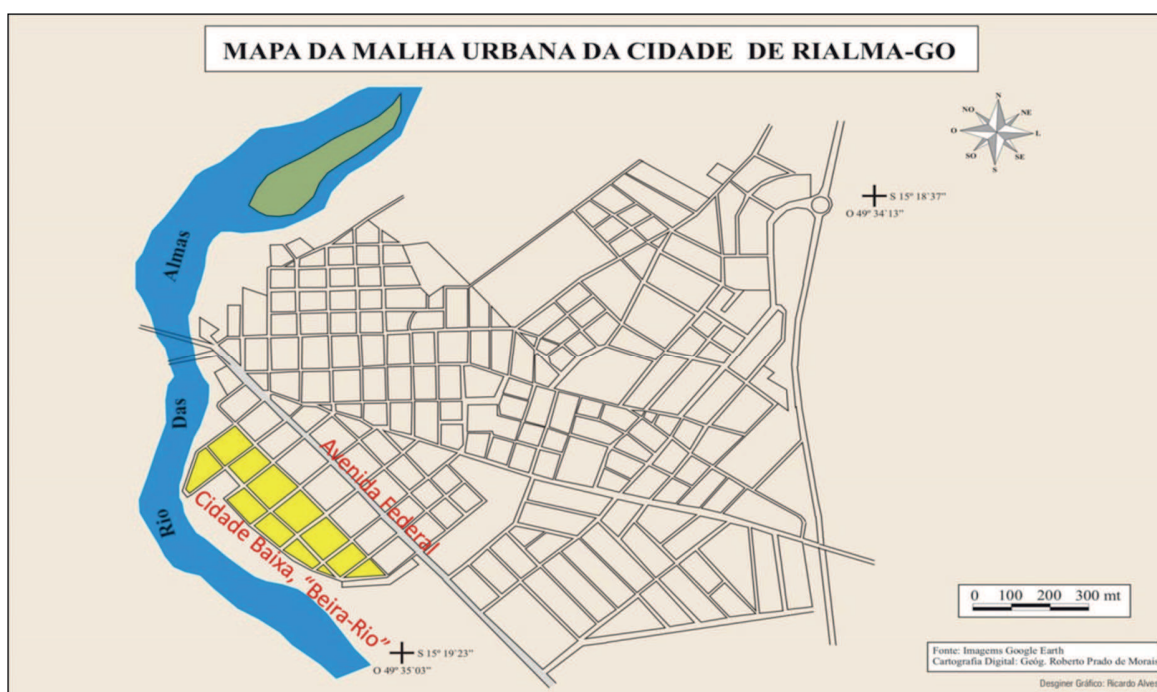
o indivíduo do tipo trabalhador só atribuirá valor moral positivo às ações que sente ânimo de praticar e, inversamente, terá por imorais e detestáveis as qualidades próprias do aventureiro – audácia, imprevidência, irresponsabilidade, instabilidade, vagabundagem - , tudo, enfim, quanto se relacione com a concepção espaçosa do mundo, características desse tipo (HOLANDA, 1995: 44).

As normatividades próprias da moral do trabalho, que justificavam práticas e estilos de vida, observavam com desprezo outras formas de sociabilidade que não as regidas pelo senso ordeiro de vida social. O senso do provisório e aventureiro ganhava novas feições na luta pela imposição da diferença, isto é, além da necessidade de evidenciar as diferenças fazia-se na estigmatização do diferente. Portanto, duas comunidades se estabeleceram numa mesma região, numa mesma temporalidade, experimentando um mesmo processo de colonização, orientadas pelo mesmo discurso de imigração, mas que desenvolveram práticas sociais e estilos de vida muito distintos entre si. Ao mesmo tempo, um grupo social procurava, na construção de sua identidade, estabelecer sua cultura baseada na negação e diferença do outro.

Nos depoimentos dos pioneiros da Barranca encontramos algumas semelhanças em relação às narrativas feitas pelos moradores da Colônia. Porém, diferente daqueles

pioneiros que buscavam generalizar os pontos negativos da Barranca, esses depoimentos esclareciam que a negação do outro era muito mais uma estratégia de distinção, apesar do teor verossímil dos relatos. Os pioneiros da Barranca não negavam que grande parte da população residente naquela localidade era originária de famílias que não conseguiram se estabelecer na Colônia, mas isso não era a regra geral. Também não negavam a violência e o grande movimento de aventureiros na cidade. Porém, justificavam que esse fenômeno era decorrente da zona de meretrício situada na cidade baixa, região do “beira-rio” da Barranca (Mapa 2).

Mapa 2: Malha Urbana da cidade de Rialma (Barranca) com destaque para a Cidade Baixa.



Fonte: Dutra e Silva, 2008.

Outra informação que nos chamou a atenção foi a referência feita à localidade de Castrinópolis, atualmente um distrito de Rialma, como o ponto de partida para a história e surgimento do município. Essa referência pode parecer como estratégia para fugir do estigma de excluídos da Colônia, uma vez que relacionar o surgimento da Barranca à história de Castrinópolis rompiam com a principal evidência de que aquela localidade

surgiu em decorrência dos excluídos da CANG, uma vez que Castrinópolis antecedia à colonização federal.

A Colônia estava situada em terras provenientes do município de Goiás, e a Barranca estava em terras do município de Jaraguá. Esses municípios eram antigos remanescentes da exploração do ouro no século XVIII e XIX, e tinham uma área territorial muito vasta, abrangendo grandes distâncias geográficas, considerando também que, até a primeira metade do século XX a região se caracterizava pela baixa densidade demográfica e a escassez de cidades. Outra consideração era que as Matas de São Patrício (que incluía áreas do município de Goiás e Jaraguá) eram formadas por densas florestas, o que dificultava a expansão de frentes de ocupação. A área doada pelo governo estadual à União para a instalação da colônia agrícola estava situada em terras devolutas no município de Goiás. O caminho mais próximo para se chegar nessas terras era atravessando as Matas de São Patrício, passando por Jaraguá, atravessando o rio das Almas, o que também permitiria o acesso dessa região à cidade de Anápolis, onde a ferrovia havia se instalado em 1935.

O Coronel Diógenes de Castro Ribeiro, conhecido em Jaraguá como Coronel Castrinho, detinha a posse das terras na região das Matas de São Patrício, cujas glebas foram herdadas da família. O Coronel comandava o grupo oligárquico que dominava a política em Jaraguá entre os anos de 1910 a 1930, chegando a ocupar o cargo de Vice-Presidente do Estado de Goiás nos governos de Brasil Caiado (1925-1929) e Alfredo de Moraes (1929-1930). O Coronel Castrinho faleceu em 1939, e sua viúva, Dona Izaura Rios, vendeu uma gleba de 1.700 alqueires na região das Matas de São Patrício ao Sr. Antonio Gonçalves de Araújo (Totonho Araújo), destinando 21 alqueires para a construção de um povoado, que deveria ficar sob a tutela da Igreja Católica em Jaraguá. Nesse povoado, em 07 de maio de 1939, Totonho Araújo promoveu a primeira “reza de terço” na área acordada com a viúva do Coronel Castrinho, e em 02 de julho do mesmo ano foi realizada a primeira missa na região. O primeiro evento religioso nas Matas de São Patrício fundava oficialmente o povoado de Castrinópolis, que recebeu esse nome em homenagem ao falecido Coronel, e onde foi erguida uma capela dedicada a São Sebastião e São Benedito (NEPOMUCENO, 2007).

Após a compra das terras, Totonho Araújo convidou um amigo em Araguari, Mariano Rodrigues a comprar parte da terra adquirida, afirmando que a região de grandes

matas era promessa de terra fértil e próspera. Os dois fazendeiros receberam colonos que arrendavam suas terras, vendendo parte da produção aos dois, dando início ao povoamento de Castrinópolis. Os colonos recebiam lotes para construir seus barracos no povoado, e a produção agrícola era vendida para cidades do Triângulo Mineiro (SOUZA, 2006).

O acesso a Castrinópolis era muito difícil na época, porque não existia estrada que permitisse a passagem de veículos, mas apenas “picadas” na mata, o que tornava o acesso prejudicado e essas terras desvalorizadas. A notícia de valorização levou um casal norte-americano a construir uma estrada que passava por Castrinópolis, com destino às terras da fazenda Lavrinhas (próximo ao que é hoje município de Natinópolis), ainda em Matas de São Patrício, em direção mais ao norte do rio das Almas (LOWELL, 1952). O Capitão Bowen e sua esposa Joan Lowell³ foram contratados por um grupo paulista, da família Monteiro de Barros, para comandar a construção de uma estrada nas Matas de São Patrício que daria acesso a terras compradas dos irmãos alemães Helmuth e Freidmund Brockes. A Condessa de Legge, casada com um membro da família paulista Monteiro de Barros, havia se interessado por essas terras quando encontrou registros no Museu Ultramarino em Portugal de anotações que afirmavam a existência de ouro na região. Em 1928 essas terras nas Matas de São Patrício foram adquiridas e no final da década de 1930 providenciaram a construção da estrada (NEIVA, 1982; MAGALHÃES, 2004; LOWELL, 1952).

Em seus relatos Lowell mencionava a grande imigração que se iniciava para a região no início da década de 1940, e que vários comboios de sertanejos passavam pela estrada aberta por eles. O engenheiro carioca Bernardo Sayão, indicado pelo presidente Getúlio Vargas como administrador da CANG, a primeira colônia federal a ser criada,

³ Joan Lowell nasceu em 1902 em Berkeley, Califórnia e atuou como atriz e roteirista em Hollywood, trabalhando em filmes como *Souls for sale* (1923), *Loving Lies* (1924), *Branded a Thief* (1924), *Cold Never* (1925) e *The Gold Rush* (1925), contracenando com Charles Chaplin. Ela ficou vários anos no Brasil, negociando terras em Anápolis para outros colegas atores como Janeth Gaynor e Mary Martin. O esposo Capitão Bowen faleceu em 1966, atropelado no Plano Piloto em Brasília. Lowell também faleceu em Brasília em 07 de novembro de 1967. Em 2005, com o projeto de filmagem do documentário “Hollywood no Cerrado”, com direção de Armando Bulcão, da Universidade de Brasília, essa história e essas personagens foram resgatados do esquecimento. Várias publicações da imprensa goiana divulgavam essas personagens que conviveram com a sociedade Anapolina entre os anos de 1930 a 1960. Joan Lowell, por exemplo, viveu no Brasil o restante de sua vida, e as demais atrizes compraram propriedades, montaram lojas e recebiam celebridades em suas fazendas, próximo de Anápolis. A atriz Janeth Gaynor foi premiada com duas estatuetas do Oscar pelos filmes “Anjos da Rua” e “Aurora”, e recebeu em sua fazenda os astros John Wayne, Janet Leigh e Ronald Reagan. O também ator Larry Hagman, filho de Mary Martin com o produtor de cinema Richard Hallyday, viveu em Anápolis dos 15 aos 17 anos. Trabalhou na televisão nos seriados “Jeannie é um Gênio” e “Dallas” (GUEDES, 2005; VIGÁRIO, 2005).

utilizou parte dessa estrada para a construção da rodovia de acesso à área de colonização. Sayão se hospedou em Castrinópolis por vários meses, até o início da construção das instalações na colônia federal. De acordo com depoimento do pioneiro Sr. José Camelo de Faria (Zé Cearense), um dos primeiros imigrantes a chegar naquela região:

Castrinópolis era a “capital” de São Patrício. Não tinha nada, não tinha nada não. [Naquele tempo] Já havia Itapaci, Goianésia (conhecida como Calção de Couro), Inhumas (Goiabeira) e Itapaci era chamada de Floresta. [A história] Tem que começar por Castrinópolis porque não havia a Barranca. [...] Sayão veio “residenciar” na casa de Aguielo Cardoso da Silva pois lá [Castrinópolis] não tinha pensão. Ele veio desbravar o sertão de Goiás na época do Getúlio Vargas. [...] Ele vinha de automóvel de lá. Por aqui, somente se vinha à pé ou a cavalo (sic).

O Sr. José Camelo veio do Rio de Janeiro para as Matas de São Patrício em 1942, acompanhando um primo farmacêutico que havia se estabelecido em Castrinópolis. A passagem de Sayão por Castrinópolis ocorria desde 1941, pois o povoado tornara-se entreposto para se chegar à área doada pelo governo goiano, distando aproximadamente sete quilômetros das margens do Rio das Almas. A partir de 1942 iniciava o povoamento da colônia federal e o povoado de Castrinópolis era rota obrigatória para os imigrantes. Muitas famílias ficavam instaladas no povoado aguardando liberação para a instalação definitiva na Colônia. E muitos comerciantes iniciavam no povoado um pequeno empório aproveitando o fluxo migratório para a Colônia, e aguardando também a possibilidade de instalar seu estabelecimento na futura sede urbana. Outras localidades citadas pelo pioneiro evidenciam que o povoamento e valorização dessas terras já ocorriam desde o final da década de 1930, e que a instalação da CANG veio reforçar a imigração a partir da década de 1940, quando o fluxo migratório foi mais intenso.

Outros registros atestam que a chegada da rodovia, que teve início em Anápolis e vinha em direção à Colônia, somente foi concluída em 1944. Entre 1942 a 1944, os colonos que imigraram para a CANG tinham que atravessar picadas e clareiras abertas na mata para chegar à região em que eram destinados os lotes agrícolas, e o povoado mais próximo era Castrinópolis. A rodovia, que foi concluída em 1944, fazia um trajeto diferente, desviando do povoado de Castrinópolis, que logo ficou abandonado por não ser mais a rota dos imigrantes. A nova rodovia presenciava o grande fluxo migratório, com caminhões carregados de camponeses oriundos, principalmente, da região do Triângulo Mineiro. A

rodovia tinha como término as margens do rio das Almas, onde uma balsa fazia a travessia para o outro lado do rio, o “novo eldorado”, a colônia federal.

O desvio da rodovia do povoado de Castrinópolis fez com que grande parte dos estabelecimentos comerciais migrasse para as margens do rio das Almas, dando origem ao povoado da Barranca. Em 1948, o prefeito de Jaraguá Nelson de Castro, filho do Coronel Castrinho, criou, por decreto municipal os distritos de Castrinópolis e “Rialmas”, antiga vila da Barranca. Em 1953 por decreto estadual foi criado o município de Rialma. O distrito de Castrinópolis, então pertencente ao município de Jaraguá, tornou-se distrito de Rialma por meio da Lei Estadual 8.031 em 1975. A decadência de Castrinópolis foi assim descrita por um memorialista rialmense:

O povoado de Castrinópolis sofreu a paralisia súbita. A deserção tolheu seu progresso. O sequioso assalto repentino à virgindade da terra nova esvaiu-se no suspiro agônico da desolação. Os homens que chegaram lá no assombro de gigantes, esmoreceram transfiltrandose em busca de outras terras. Outrora viva, hoje morta, Castrinópolis carrega o seu espectro moribundo na atonia do lamento das coisas mortas. A deserção deixou apenas um rastilho de taperas. [...] Castrinópolis envelheceu como um objeto num porão onde o bolor râncido da decrepitude se incrusta no odor pestilento das coisas esquecidas (NEPOMUCENO, 2007: 30).

O memorialista e poeta Edvaldo Nepomuceno, filho de família pioneira de Rialma, procurou descrever em prosa e versos a constituição da Barranca (NEPOMUCENO, 2007). Nesse texto literário podemos identificar várias representações da percepção que a memória coletiva tinha da cidade e do seu passado. A primeira referência era a busca de um passado que fosse anterior à Colônia, remetendo sua origem ao povoado de Castrinópolis. Outro indício era estabelecer a memória da Barranca a partir dos próprios rialmenses, desconsiderando os relatos e as narrativas dos moradores da Colônia, na tentativa de apresentar outras facetas desse passado que as estratégias de resistência à figuração de cidade estigmatizada. Por exemplo, o estabelecimento de famílias pioneiras, de comerciantes e fazendeiros que haviam se instalado na Barranca e que não tinham relação com os excluídos da Colônia. A descrição do desenvolvimento urbano da Barranca, com seu comércio em ascensão e suas atividades de entretenimento, evidenciavam o vigor de uma sociabilidade tipicamente urbana. Todavia, o texto de Nepomuceno não omitia os excluídos, a violência e o meretrício, mas situava esses indícios num contexto específico dessa sociedade, como representação do passado e da identidade da Barranca, porém sem a

conotação negativa de valores que as estratégias do estigma social tentavam impor ao lugar e a seus moradores, como demonstrado no poema:

No princípio eram os paredões
oprimidos as margens do Rio das Almas
- Fúria brutal da natureza
nas miragens dos sertões;
depois chegaram homens
se aglomerando nos barrancos,
homens sem terra, sem troncos,
homens segregados da Colônia [...] reverberação da marcha inexorável
do Governo do Getúlio
nas amarras do conluio –
gloriosa marcha para o oeste,
sina do ciclo incontestado,
marcha alvissareira e vigorosa
trazendo um vasto contingente
de pessoas oriundas de Minas Gerais,
Bahia e outros estados
da sorte desgarrados,
homens sem costados,
excluídos da renomada Cang (NEPOMUCENO, 1997: 31).

Nesse poema o autor descreve o grupo social que ajudou a compor a sociedade rialmense nos seus primórdios como “homens sem terra, sem troncos e segregados da Colônia”. Nesse ponto, acorda com as estratégias da figuração do estigma da Colônia. Também, ao mencionar a Marcha para o Oeste não mitificou a imagem do pioneiro, como na visão romântica e ideológica apresentada pelos discursos simbólicos dos bandeirantes históricos muito utilizados pelos aparelhos ideológicos do Estado Novo (RICARDO, 1959). Também não se apropriou da visão patriótica apresentada pelos colonos da CANG, mas reforçava que esses imigrantes da Barranca, diferentes da carga heróica dos discursos, eram identificados como “desgarrados, homens sem costados e excluídos”. Esse poema, que situa no universo das representações, não nega a versão dos depoimentos apresentados pelos pioneiros da Colônia, e não existe, na tentativa de reconstrução desse passado, a necessidade em omitir o grupo social que deu origem àquela sociedade. Também, em outro poema, intitulado “Ode à Barranca”, aparece essa mesma naturalidade em descrever as origens da cidade e do grupo social pioneiro e apresentando, ainda, os indícios da vida urbana nos seus primórdios.

Barranca dos retirantes,
dos paus de arara
na beira do rio,
barranca dos sem-terra,
das varandas,
dos quiosques brotando,
como cogumelos,
barranca das tendas,
das tresloucadas contendidas,
do suor, da lama,
do cascalho, das pedras,
do rio, das matas,
das prostitutas namoradeiras
nas casas de portas abertas,
de luzes vermelhas,
vulcões incendiados,
de ruas tortas,
de vulvas expostas,
Barranca da Coréia,
Do cancro e da gonorréia,
Barranca humílima,
Forte, altiva, generosa,
Hoje Rialma, cidade vitoriosa (NEPOMUCENO, 2007: 41).

Essa naturalidade em não fugir desse passado, de não mascarar os fatos que deram origem à cidade, pode ser identificada como uma forma de resistência aos estigmas sofridos. Esse poema menciona, novamente, o grupo social sem as glórias do pioneiro, as formações urbanas sem nenhum traço de planejamento, em suas ruas “tortas”, tanto no sentido estético dos traçados topográficos da cidade, quanto pela atividade do meretrício. Esse traço “tortuoso”, no entanto, não era desprezado nesses relatos de cunho memorialista, porque eles traziam consigo as marcas da cidade, mesmo que fosse chamada de “Barranca humílima”. Percebe-se, porém, no texto, a intenção de apresentar esse passado de humilhação como um passado de resistência, que permitiu a essa comunidade as adjetivações de “forte, altiva e generosa”. No poema “Minha cidade”, Cora Coralina faz a descrição de Goiás, antiga capital do Estado, ressaltando a cidade nos traços do esquecimento, da decadência, da ausência de classe e estética. E nesses traços de “pouco valia” a cidade resistia bravia, renitente, insistindo em renascer e resistindo às intempéries do tempo. E como o poeta rialmense, a poetisa vilaboense se reconhecia nessa cidade sem glórias.

A BARRANCA ESTIGMATIZADA E SEUS LUGARES MALDITOS

Eu sou aquela amorosa
De tuas ruas estreitas,
Curtas,
Indecisas,
Entrando,
Saindo
Uma das outras. [...]

Eu sou aquele teu velho muro
Verde de avencas
Onde se debruça
Um antigo jasmineiro,
Cheiroso
Na ruinha pobre e suja.

Eu sou estas casas
Encostadas
Cochichando umas com as outras.
Eu sou a ramada
Dessas árvores,
Sem nome e sem valia,
Sem flores e sem frutos,
De que gostam
A gente cansada e os pássaros vadios.

Eu sou o caule
Dessas trepadeiras sem classe,
Nascidas na frincha das pedras:
Bravias.
Renitentes.
Indomáveis.
Cortadas.
Maltratadas.
Pisadas.
E renascendo (CORALINA, 2003: 34-36).

As descrições do cotidiano e das marcas urbanas da velha Goiás de Cora Coralina se aproximam das escolhas do memorialista rialmense. Ao descrever a Barranca dos retirantes, com suas ruas tortas, suas prostitutas, suas humilhações, o poeta rialmense se reconhece nesse espaço e valoriza essa identidade sem glórias. No entanto, a resistência à figura do estigma não estava em mascarar o passado, mas em evidenciar esses traços culturais como registros da cidade e do seu povo. Os atributos da resistência da Barranca à caracterizam como “forte, altiva e generosa”. Interessante o sentido da generosidade, aqui percebido como uma cidade que não exclui os que a escolhem como morada, sejam de que condição social for.

Podemos perceber uma semelhança na constituição humanizada do espaço social entre a Barranca de Nebumuceno e a Goiás de Coralina. Nos dois enredos as pessoas, os traçados, a geografia e os indícios da cidade, reivindicam um passado sem glórias, mas ao mesmo tempo o inglório tem um sentido nobre, o da resistência. Em Cora Coralina a força da cidade esquecida, abandonada, pisada e maltratada, insistia em renascer. E esse espaço “pobre e sem valia” tinha um significado valoroso para a poetisa “dos becos da cidade de Goiás”, e que ela não ressentia em apresentar. Pelo contrário, era esse o sentido estético da sua alma feminina que se reconhecia nos becos e nas ruas da velha cidade. Esse mesmo sentimento ecoava nos versos do poeta rialmense, e esse desprendimento em não omitir os estigmas e esse passado inglório, aparece tanto na literatura de Nepomuceno quanto nos depoimentos dos pioneiros da Barranca. Portanto, parece ser essa a causa da naturalidade em apresentar o passado sem temores e, obviamente muito mais realistas e sem estratégias de esquecimentos que demonstram uma forma de resistência.

Os indícios de resistência não rejeitavam as figurações do estigma social, mas davam a elas um sentido natural da vida urbana na Barranca. Mesmo não negando esse passado procuravam dar outras explicações e esclarecimentos para o surgimento da cidade, indo além das estratégias figuracionais, apontando, inclusive, que grande parcela da população estabelecida na Barranca escolheu residir ali, e não na Colônia, por motivos diversos, que não o processo de seleção. Relatavam, por exemplo, que muitos comerciantes consideravam mais interessante se estabelecer na Barranca por causa da rodovia, que havia chegado ali em 1944, e que se estenderia até a cidade de Uruassú (Uruaçu) no norte do estado. Esse fato tornava a Barranca em uma importante rota de distribuição de mercadorias e um entreposto na fronteira. Outros pioneiros, que por sua atividade com proprietários de bares, casas de jogos, dentre outras, simplesmente não se submeteriam ao controle da administração da Colônia e a Barranca era o lugar ideal para seu negócio.

Da mesma forma, a instalação da zona de meretrício seguia a mesma racionalidade. Também muitos fazendeiros oriundos do triângulo mineiro, haviam vendido suas propriedades, a maioria minifúndios, para adquirir propriedades maiores na região, não se interessando nos lotes doados na colônia federal, em média de 4 a 5 alqueires. Ao deixar uma propriedade menor em Minas Gerais, buscavam na fronteira áreas bem maiores das que eram oferecidas na CANG. De acordo com o depoimento do José Roberto Costa (Sr.

Deca), músico que animava as festas dos clubes da cidade e dos cabarés da zona boêmia, a família teve como destino as terras da região da Barranca em 1945, e mesmo com convites preferiram não se transferir para a Colônia.

Meu pai quando nós estávamos aqui, estavam dando lote aí [na CANG]. Então o povo se interessou pela nossa família, porque toda vida, não é falar não, porque pobre igual a nós... E às vezes... Nós temos muita amizade né. Todo mundo [na família] tocava, todo mundo cantava, era aquela harmonia. Então veio um homem de lá [da CANG], se interessou que nós fôssemos para lá alegrar. Tirou cinco lotes para nós ali, ali na região do Palmital, terra boa ali! “Tem cinco reservado pro senhor, Sr. Adolfo”. Nós éramos cinco famílias, né. Meu pai dizia: “Ah, isso aí tem rolo, vai dar rolo mais na frente”. Mas o negócio do meu pai nessa época era assim, ele veio pra cá ajudar a formar uma fazenda e então ele pensava em voltar (sic).

O depoimento apresenta um fato também comum, retratado no texto da jornalista Virginia Prewett (1953) que comprou terras na região da Barranca em 1947. Muitas famílias vinham para trabalhar como mateiros, que era a atividade de corte e queima da floresta virgem para o plantio. Esses mateiros ficavam nas terras arrendadas em torno de cinco anos e depois iam em busca de novas faixas de florestas para mais um período de cinco anos, desflorestando e limpando a terra para o fazendeiro contratante. No caso da família do Sr. Deca, o depoimento esclarecia que eles haviam trabalhado como “meeiros” por vários anos numa fazenda no Triângulo Mineiro. O proprietário era um parente distante, e que exercia uma relação de compadrio e que forçava a permanência das famílias em sua propriedade. Foram ameaçados pelos capangas desse Coronel para que não deixassem a fazenda e viessem para Goiás. No depoimento o Sr. Deca afirma: “Cercaram nós na estrada. Nós saímos do Posto Barreto e ele tava cercando pra nós não vir, até em Araguari, pra nós não vir embora”. De Araguari a família veio até Castrinópolis, vindo a se instalar posteriormente na Barranca. Como eram cinco famílias, parte conseguiu trabalho na cidade e outra parte nas fazendas vizinhas. O Sr. Deca, por exemplo, tocava nos cabarés da zona boêmia desde a adolescência. A família de músicos conseguiu fugir da servidão e a Barranca simbolizava a liberdade.

Em outro depoimento, o Sr. Jacy Guimarães, relatou que a família também veio da região do Triângulo Mineiro, do povoado de Piracaíba, distrito de Araguari no ano de 1942. O pai cuidava de lavoura e gado em Minas e, com a notícia da criação da colônia nacional em Goiás, que havia espalhado-se pela redondeza, resolveu conhecer a região para adquirir

terras. De Corumbáiba, sul de Goiás, até Castrinópolis veio a cavalo, numa viagem que demorou uns três meses, deixando acertado com Sr. Totonho Araújo a compra de uma área de fazenda. No mesmo ano mudou-se com a família para Castrinópolis, confirmando a compra da fazenda no Córrego dos Pinheiros, hoje município de Rialma, e na época, município de Jaraguá. De acordo com depoimento do Sr. Jacy:

A nossa vinda para aqui foi em 1942. Não havia outro lugar para ter um empório a não ser em Castrinópolis. E lá nós aportamos. Moramos ali por dois anos seguidos e depois nós fomos direto para a fazenda, ali no Córrego dos Pinheiros. [...] Bernardo Sayão passava sempre por Castrinópolis. Também ali, naquelas lojas – mercado né, que falavam venda – lá na venda ele fazia também as suas compras e vinha pra cá. Era brincalhão e tornou-se amigo do meu pai, né. Foi até nosso confrontante, nas propriedades de terras aqui, as terras do Poção, do lado de Rialma né. Foi propriedade dele (Sayão).

Os depoimentos evidenciavam que, mesmo que parte da população da Barranca houvesse se constituído por parcela excluída da Colônia, um número significativo de moradores aproveitou a valorização e a disponibilidade de terras nessa região de fronteiras para aumentar suas posses e começar nova atividade em Goiás. Não apenas fazendeiros, como comerciantes e outros profissionais liberais buscavam nessa região novas oportunidades para seus empreendimentos. No relato memorialista de Nepomuceno (2007), o escritor procurava evidenciar os pioneiros que tiveram participação no processo de formação urbana da Barranca. Destacava a influência de várias famílias pioneiras em sua narrativa, como as de Osório Felipe e Joaquim Orozimbo, proprietários das terras em que foi fundado o povoado da Barranca. Fazia menção, ainda, aos primeiros comerciantes como as famílias Artiaga, Rêgo, Sado, Rigo, Souza, Lopes, Cano, Barreto, Lima, Kram, Vicentini, Faria, Marçal, Vidigal, dentre outros. Destacava a atuação desses pioneiros e a atividade que iniciaram na cidade. Nas prosas de Nepomuceno ele descreveu também os primeiros profissionais liberais de Rialma, incluindo alfaiates, costureiras, farmacêuticos, médicos, dentistas, taxistas, enfermeiras, mecânicos, marceneiros e até a primeira prostituta a montar casa de meretrício. Nesse enredo, que pode ser visto como uma forma de resistência à memória estigmatizada da cidade, os diferentes grupos sociais eram descritos, sem o objetivo de forjar uma glória pretérita

Os pioneiros proprietários das terras em que foi construída a cidade (Joaquim Orozimbo e Osório Felipe) mereceram destaque na prosa memorialista de Nepomuceno

(2007). Em 1944, quando a rodovia atravessava a região de Rianópolis em direção à Barranca, Osório Felipe e Joaquim Orozimbo, que tinham parte nas terras às margens do rio das Almas (terras que pertenciam anteriormente ao Sr. Totonho Araújo) decidiram lotear a área em que a estrada chegaria antes de atravessar para a Colônia. A parte alta das terras era de propriedade de Osório Felipe, e parte baixa de propriedade de Joaquim Orozimbo. Essa divisão entre as partes alta e baixa da Barranca foi assim descrita assim pelo memorialista:

Foi nessa época que surgiu o comércio na então Barranca. Quando Osório Felipe começou a lotear suas terras, um amigo dele conhecido como Joaquim Orozimbo que havia adquirido parte dessas terras, também decidiu fazer um loteamento. [...] Quando Osório Felipe almejou formar um pasto para criação de gado, manteve um encontro com Bernardo Sayão para conseguir apoio. Sayão argumentou que lhe daria arame e que concordaria com o loteamento de Osório, mas com a ressalva de que ele não poderia permitir a venda de cachaça na barranca. A zona meretrícia surgiu durante a formação do loteamento de Joaquim Orozimbo (NEPOMUCENO, 2007: 130).

Esse relato apresenta a divisão geográfica da Barranca entre a cidade-alta e cidade-baixa, ao mesmo tempo em que evidencia a percepção dos pioneiros em separar no interior da cidade as práticas sociais. Com essa divisão geográfica da cidade, perceber-se que, mesmo não desconsiderando esse passado, os pioneiros da Barranca indicavam a necessidade de distinguir socialmente a cidade-alta da região do “beira-rio”. Embora não dessem a mesma evidência nessa distinção, como faziam os colonos da CANG em relação à Barranca, utilizavam estratégias no sentido de diferenciar a cidade do lugar em que as casas de tolerância haviam se instalado. Assim, a cidade-alta era um ambiente residencial, de cunho familiar, enquanto que na cidade-baixa foi ocupada em grande parte pelo meretrício, bares e casas de jogos.

Os “lugares malditos” da Barranca e a nova figuração do estigma social

Podemos perceber nos relatos memorialistas acerca do surgimento e formação da Barranca, que os pontos identificados pelo grupo estigmatizador como indícios de desorganização e improviso, eram vistos de forma natural e como parte constitutiva da memória coletiva daquela localidade. O fato de muitos terem sido excluídos, ou a recusa pela glória bandeirante, tão cara aos pioneiros da Colônia, não diminuía em nada o apreço

dos moradores da Barranca pelo lugar. Outro elemento utilizado nas estratégias de estigmatização foi a insistência dos moradores da Colônia em relacionar a imagem da Barranca à zona boêmia.

O cenário de violência fazia parte da consciência coletiva das duas localidades, tanto que na década de 1950, a zona boêmia na cidade-baixa foi apelidada de Coréia, em alusão à guerra no continente asiático. Eram constantes os relatos de crimes e assassinatos cometidos no local. Os moradores da Barranca, estigmatizados pela sociedade da Colônia, lançavam sobre a zona boêmia da cidade uma nova estigmatização. Percebemos que outra estratégia de distinção se estabelecia, ao utilizar os relatos memorialistas para diferenciar a comunidade rialmense do espaço da zona boêmia, e essa estratégia usava os mesmos recursos de depreciar o outro lugar por meio da linguagem. Se a Colônia insistia em usar pejorativamente a denominação de “Barranca” para determinar o outro lado do rio, e chamava de barranqueiros os seus moradores, os depoimentos e outros registros da comunidade rialmense, ao demarcar os “lugares malditos” da cidade (PESAVENTO, 1999), denominavam o meretrício de “Coréia” e outros adjetivos. Para o músico (Seu Deca) que tocava em conjunto musical na zona boêmia, o uso pejorativo indicava a atividade estigmatizada (o meretrício) e o lugar (a cidade-baixa): “Uns falava cabaré, uns falava “fóia”, nesse que vocês fala mesmo? É, zona. Falava apelido de boate. Tinha, uns falava de um, e outros de outro, mas zona que era. Era famoso lá na zona, né. Descia ali pra baixo, tinha as “mulher dos homens” lá. Virou pra baixo aí a briga era certa”.

Os “lugares malditos” da cidade eram estigmatizados porque eles representavam as áreas de conflito, de extravasamento de sentimentos e práticas que a cidade não tinha intenção de eternizar. Portanto, era preciso dar nomes e demarcar fronteiras. De acordo com Roberto DaMatta (1997), existem determinados espaços nas cidades que foram concebidos para serem eternizados, enquanto outros surgiram espontaneamente e eram apresentados como lugares transitórios. Nos espaços eternizados, as coisas que expressam o sentido da eternidade, do duradouro, eram marcadas pelo senso da ordem, constituídas pelos monumentos e signos que caracterizam o poder da cidade. Enquanto que, nos espaços transitórios nenhuma política ou estratégia de eternizar esses lugares se estabelecia, porque neles ocorria a confluência das coisas contraditórias e problemáticas da cidade.

Não é, pois, por mero acaso que sinalizamos os espaços urbanos que se pretendem eternos com palácios e igrejas, mercados, quartéis; ou seja,

tudo aquilo que representa a possibilidade de emoldurar a vida social num sistema fixo de valores e poder. [...] Mas nossos espaços nem sempre são marcados pela eternidade. Há também espaços transitórios e problemáticos que recebem um tratamento muito diferente. Assim, tudo o que está relacionado ao paradoxo, ao conflito ou à contradição – com as regiões pobres ou de meretrício – fica num espaço singular. Geralmente são regiões periféricas ou escondidas por tapumes. Jamais são concebidas como espaços permanentes ou estruturalmente complementares às áreas mais nobres da mesma cidade, mas são sempre vistos como locais de transição: “zonas”, “brejos”, “mangues” e “alagados”. Locais liminares, onde a presença conjunta da terra e da água marca um espaço físico confuso e necessariamente ambíguo (DaMATTA, 1997: 44-45).

Os lugares transitórios da cidade eram os locais limares e marginais, reduto dos excluídos e a zona de meretrício representava esse espaço na Barranca. O interessante nessa representação, é que a estratégia de estigmatização lançava para toda sociedade da Barranca esse senso do transitório. Os moradores da Barranca, por sua vez, redirecionavam para a zona de meretrício essa representação, não omitindo esse passado em suas lembranças, mas demarcando esse espaço como integrante da formação da cidade⁴. Num poema intitulado “Corpo noturno na zona da Barranca”, o memorialista rialmense usava o verbo “falar” em duplo sentido, seja para reafirmar a intenção de que não querer omitir o passado da cidade ou pelo uso erótico da linguagem ao descrever os espaços do meretrício.

Falo do que floresceu
na zona da Barranca
casas de fantasias
prazeres orgias,
falo dos sons fálicos
no colo da noite,
falo da lavras
nos suspiros atávicos,
falo da alegria
das cafetinas
debruçadas nas janelas [...]
prostitutas engendradas
no vai e vem das ofertas [...]
falo das mesas espalhadas
com garrafas e copos, [...]
ruas de casas esgueiradas
ruas tortas de mulheres

⁴ O preço dos imóveis em Rialma, mesmo as construções mais bem projetadas, tem um valor de mercado muito inferior aos imóveis vendidos em Ceres. Todavia, dentro de Rialma ocorre essa mesma política de preços em relação aos lotes e casas da região beira-rio, antiga zona boêmia. Mesmo que no início da década de 1990 tenham sido encerradas as atividades de meretrício naquela região, até hoje permanece esse estigma, que repercute no mercado imobiliário da cidade.

tristes vazias desesperadas,
ruas de bêbados
de mulheres tórridas [...]
zona signo
de Eros
ao som de gritos
e boleros (NEPOMUCENO, 2007: 50-51)

Para o poeta e memorialista, as lembranças do passado boêmio da Barranca motivavam a composição de prosas e versos e o meretrício aparecia como inspiração. A menção desse espaço no exercício das lembranças, decantado em versos e com rimas elaboradas, não significavam, porém, a inclusão do lugar na sociabilidade rialmense. Numa obra anterior, encomendada pela Câmara Municipal de Rialma, o escritor rialmense havia sido convidado a escrever sobre “a saga de Rialma” (SOUZA, 2006), e em nenhum momento mencionava a zona boêmia ou alguma personagem do lugar. A obra aparecia como uma dedicação ao povo rialmense, afirmando que “Rialma nasceu livre de preconceitos e constitui uma saga histórica, protagonizada por um povo cordial e por pioneiros avançando na trajetória da história” (SOUZA, 2006: 4). Talvez, no novo trabalho (NEPUMECENO, 2007), com uma liberdade maior, fez questão de desvelar os lugares e as pessoas que as lembranças mais oficiosas tiveram intenção de omitir.

A zona da Barranca começou com algumas casas no início da ocupação do povoado entre 1944 e 1945, e já no final daquela década foi instalado um grande contingente de estabelecimentos de meretrício na cidade-baixa. Tanto que outros moradores das ruas 11, 12, 13, 14, 15 e 16 na cidade-baixa, afixavam placas em frente às casas com a expressão “casa de família”, para que suas residências não fossem confundidas com o meretrício pelos frequentadores do local. As casas de meretrício mais famosas da época, chamadas também de boates ou cabarés, foram as casas da Carminha, Fiona e Tetê. De acordo com depoimento da pioneira Tarcila Barreto, viúva do comerciante fundador das Casas Paraibanas, e que atendeu várias mulheres que vinham em sua loja comprar tecidos finos, o cabaré da Carminha era o mais afamado da cidade.

Aqui em Rialma se falava muito na zona da Carminha né, que era o ponto dos homens que vinham para cá. [As novas damas] Vinha de charrete [na área comercial], o transporte que tinha era charrete. Havia muita mulher de fora que buscava nesse.... Tinha muito aventureiro, muita gente por aqui né. Então, aqui, Rialma era conhecida assim, pela zona mesmo. [...] Consumia, porque comprava muito tecido. Quem costurava era essa

Raimunda aqui, ela costurava para elas. Raimunda era mãe da Sulamita, ela costurava para essas mulheres. A Marinhinha costurou muito para essas mulheres. Na época da zona da Carminha era chique lá. Ela convidava os maridos das mulheres tudinho. Ela mandava convite! Por exemplo, trazia umas mulheres bonitas de fora né, aí mandava convite. E as mulheres viravam bicho viu. Elas ficavam todas muito bravas. E os homens iam assim mesmo. A melhor casa era a dela [Carminha], muito conhecida. Ela era uma mulher muito respeitada nesse ponto aí [o meretrício] (sic).

Os relatos afirmavam que nos tempos de grande movimento da zona de meretrício, as prostitutas desfilavam suas vestimentas luxuosas pela cidade, conduzidas por charretes enfeitadas, principalmente, quando apareciam as “novidades”. De acordo com Sr. Deca, existiram vários tipos de casas de meretrício, desde as mais simples às mais luxuosas. Nas mais luxuosas, havia música “ao vivo”, mesas de jogos, salão de dança e bebidas caras. O antigo músico afirmava que “cinco salões de boate funcionavam todo dia, tudo tinha um conjunto cantando, todo dia. Então, aqui era o foco de gente mesmo. [...] o movimento de boate tudo ‘encarreado’. No ‘beira-rio’, rua 16, cinco boates. Lotava todo dia”. Em outro depoimento, o pioneiro Zé Cearense apresentava assim a zona boêmia de Rialma.

Zona de meretrício em Ceres não havia, só tinha em Rialma. E vinha gente de toda região. Zona chama-se ímã de atração de todo mundo, ímã de atração de todo mundo. Tinha a mulherada. Boa parte dos homens que vinham para cá de fora. Tinha muita morte aí, muita coisa. De Ceres vinha muita gente para aqui. Ah, houve inclusive..., o nome da rua? Era na rua 16, era zona, a como se chama? Meretriz. Inclusive teve até casas boas lá. Casa abonada na época era a casa da Carminha. Carminha, casa boa, grande. Já faleceu (sic).

As lembranças da zona de meretrício destacavam o grande movimento de aventureiros, pessoas vindas de outras localidades, o lugar como espaço de confusão e violência. A demarcação do espaço do meretrício era a região beira-rio, abaixo da Avenida Federal, que abrigava os principais estabelecimentos comerciais da cidade (Mapa 2). As “mulheres de família” eram proibidas de passar além da avenida. Na parte localizada acima da avenida ficava a área residencial da cidade, a igreja e outros estabelecimentos. Além de reforçar essa demarcação geográfica, os depoimentos indicavam que a região do meretrício era um lugar problemático porque era frequentado por muitos aventureiros e viajantes que passavam pela cidade e aproveitavam para fazer arruaças e cometer crimes. Também porque a atividade do meretrício, além de atrair muita gente diariamente, era responsável

pela grande quantidade de brigas e contendas, em decorrência de jogo apostado, abuso de bebidas alcoólicas, ciúmes, desavenças com forasteiros, dentre outros.

Considerações finais

A Barranca foi descrita como espaço da desordem, da violência, da promiscuidade e prostituição, como um lugar de aventureiros e arruaceiros, dos tipos sociais da libertinagem. Ao mesmo tempo a Colônia, se apresentava como o espaço da ordem e do planejamento. Os seus moradores se consideravam como representantes sociais da Marcha para o Oeste, como pioneiros dotados da brasilidade e do sentido nacional patriótico. Um discurso em que o pioneiro se considerava como um soldado sem farda a conquistar o território indómito do Oeste e com elementos que faziam referências ao Estado Novo, mesmo durante o período de redemocratização no pós-guerra (1945-1964).

O que percebemos, nos relatos e depoimentos orais coletados com os pioneiros da Colônia, foi a necessidade de lançar sobre a Barranca e seus moradores uma carga negativa de valores depreciativos, que eram generalizados para o lugar (onde as normas e a racionalidade não imperavam) e seus moradores, apresentados como preguiçosos (avessos à moral do trabalho), baderneiros (dado aos prazeres e vícios) e festeiros (correlação com a moral do trabalho). O principal elemento representativo da luta simbólica imposta sobre a Barranca, estava, sobretudo, na reprodução da imagem da cidade a partir da zona de meretrício que se instalava na parte baixa da cidade, às margens do rio das Almas e bem em frente à área urbana da Colônia, no outro lado do rio. A negação do outro, muitas vezes, apresentava-se de forma explícita – quando arguidos sobre o cotidiano da Colônia, a maioria fazia questão de referenciar-se à Barranca, como para reforçar aquilo que consideravam fundamental de sua comunidade, – evidenciando as estratégias de demarcar territórios e fronteiras entre as duas comunidades. As estratégias da dinâmica do estigma social procuravam reforçar os pontos considerados pelo grupo estigmatizador como positivos e superiores, generalizando e evidenciando hábitos e práticas sociais consideradas inferiores no grupo estigmatizado.

Os relatos memorialistas dos pioneiros da Colônia, também, procuravam selecionar as lembranças, reforçando aquelas que indicavam essa visão dominante na consciência

coletiva. As precariedades e dificuldades enfrentadas no início da colonização geralmente eram omitidas. Quando eram apresentadas tinham a intenção de reforçar o espírito bandeirante-desbravador, característico dos discursos da Marcha. Mas, considerando que essa estratégia fazia parte da lógica da memória coletiva (HALBWACHS, 2006), e que, portanto, as lembranças devem ser consideradas pelos seus conteúdos simbólicos, ficava evidente a relação de dependência da Barranca para com a Colônia.

A Barranca que, por não experimentar uma ocupação de tipo planejada e por receber um quantitativo populacional – em sua maioria excluídos da colonização oficial – conviveu com experiências urbanas diferentes da Colônia, mas que se assemelhavam às experiências e os modelos reproduzidos pela formação das cidades brasileiras. Talvez, por esse motivo, a figuração do estigma social, que era tão cara aos moradores da Colônia para estabelecer sua distinção, não tivesse o impacto desejado na comunidade da Barranca, que se considerava como a regra geral da formação urbana. A maioria das cidades brasileiras era assim, sem a demarcação arquitetônica, sem as exigências da ocupação, sem a racionalidade dos hábitos e a coerção moralizante do agir em sociedade. Nesse sentido a Colônia que era a representação do diferente. E os moradores da Barranca reagiam ao estigma social justamente apoiando-se na regra geral da vida coletiva. A festa, a casa e a rua, tão importantes no drama social brasileiro, eram vivenciados cotidianamente na Barranca. Nesse ponto, a sua estratégia de resistir ao estigma foi apelar para o caráter geral da cultura urbana, muito bem descrita por DaMatta (1997). Portanto, a resistência ao estigma se fazia no pertencimento a um traço cultural maior, o da constituição urbana brasileira, e dessa forma não se consideram diferentes de outras formas de sociabilidade. Já o grupo estigmatizador, por sua vez, era o diferente e, portanto, os discursos de estigma social eram neutralizados, pois não tinham a eficácia que a figuração social propunha. Talvez fosse eficaz para o grupo estigmatizador, no sentido de demarcar a sua distinção, mas não o foi para o grupo social que recebia os estigmas.

A resistência coletiva, expressa em memórias e outras formas de manifestação cultural, não assumia os estigmas como elementos depreciativos, mas dava novos sentidos na configuração social e urbana nessa comunidade de fronteira às margens do rio das Almas em Goiás. A discussão não se esgota aqui, na medida em que outros elementos poderiam ser abordados, mas são dados para um outro artigo. No entanto, penso ser

importante mencionar, que a Barranca assumia, nessa região de fronteira, também um papel importante na configuração urbana para a região. Ela vai se tornar um ponto de referência para o lazer, pois a cidade irá comportar um cinema, terá um grupo de teatro que apresentava regularmente peças teatrais, cantores, tocadores, violeiros de toda região vinham aos domingos e faziam apresentações na rádio local e que era transmitida para toda região. Esses elementos culturais também fizeram parte das estratégias de resistência ao estigma social. Ao mesmo tempo era um capital, no jogo simbólico da distinção, que a comunidade estigmatizadora não podia contabilizar a seu favor.

Referências

Fontes

Cartório de Registro Civil de Rialma. Livro de Assentos de Casamentos. Termo de abertura, Cartório do Registro Civil do Distrito de Rialma, Município de Jaraguá. Jaraguá, 27 de Setembro de 1949.

Idem. Livro de Assentos de Casamentos. Termo de abertura, Cartório do Oficial do Registro Civil de Pessoas Naturais do Distrito de Castrinópolis. Jaraguá, 20 de Dezembro de 1949.

Depoimento do Sr. Jacy Guimarães – Rialma (GO) 04/09/2008

Depoimento do Sr. Jose Camelo Faria (Zé Cearense) – Rialma (GO) 30/08/2008

Depoimento do Sr. José Roberto Costa (Seu Deca) – Rialma (GO) 30/08/2008

Depoimento da Sr^a Tarsila Barreto – Rialma (GO) 30/08/2008

Bibliografia

ARAÚJO, Emanuel. *O teatro dos vícios*. Brasília: EdUNB; Rio de Janeiro: José Olympio, 1997.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

Idem. Efeitos de lugar. In: BOURDIEU, Pierre (org.) *A miséria do mundo: com contribuição de A. Accado et. al.* Petrópolis: Vozes, 1997

Idem. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2003.

Idem. *A distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2008.

CORALINA, Cora. *Poemas dos becos de Goiás e estórias mais*. São Paulo: Global, 2003.

DaMATTA, Roberto. *A casa e a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997

DUTRA E SILVA, Sandro. *Os estigmatizados: distinções urbanas às margens do rio das Almas em Goiás (1941-1959)*. Tese de Doutorado (Doutorado em História) – Departamento de História, Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

Idem; SÁ, Dominichi M. de; SÁ, Magali R. *Vastos Sertões: história e natureza na ciência e na literatura*. Rio de Janeiro: Ed. Mauad X, 2015.

Idem; TAVARES, Giovana G.; SÁ, Dominichi M. de; FRANCO, José L. de A. *Fronteira, História e Natureza: a construção simbólica do Oeste Brasileiro (1930-1940)*. *Revista de Historia Iberoamericana*, v. 7, n. 2, p. 41-64, 2014.

ELIAS, Norbert e SCOTSON, John L. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

GUEDES, Rute. *Glamour no Cerrado: documentário dirigido por professor da UnB e em fase de produção resgata as temporadas de grupos de artistas de Hollywood em Goiás*. *Jornal O Popular*. Magazine. Goiânia, 25 de agosto de 2005.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 2006.

HOLANDA, Sergio B. de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SOUZA, Edvaldo N. de. *A saga de Rialma*. Goiânia: Kelps, 2006.

LENHARO, Alcir. *Sacralização da política*. Campinas: Papyrus, 1986.

LOWELL, Joan. *Promised Land*. New York: Duell, Sloan and Pearce; Boston: Little, Brown and Company, 1952.

MARIN, Joel O. B.; NEVES, Delma Pessanha (orgs.). *Campesinato e marcha para Oeste*. Santa Maria: Editora UFSM, 2013.

MCCREERY, David. *Frontier Goiás, 1822-1889*. Stanford: Stanford University Press, 2006.

MAGALHÃES, Carlos P. *Cartas de Goiás no princípio do século XX*. São Paulo: Editora De Letra em Letra, 2004.

NEPOMUCENO, Edvaldo. *A gênese de Rialma em versos e prosa*. Goiânia: Kelps, 2007.

SANDRO DUTRA E SILVA

NEIVA, I. C. *O outro lado do colônia: contradições e formas de resistência popular na Colônia Agrícola Nacional de Goiás*. 1984. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Brasília, Brasília, 1984.

OLIVEIRA, Lucia L. *Americanos: representações da identidade nacional no Brasil e nos EUA*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000.

PREWETT, Virginia. *Beyond the great forest*. New York: E.P.Dutton & Co. Inc, 1953.

PESAVENTO, Sandra J. Lugares malditos: a cidade do “outro” no Sul brasileiro (Porto Alegre, passagem do século XIX ao século XX). *Revista Brasileira de História*, v. 19 n. 37. São Paulo, p. 195-216, 1999.

RICARDO, Cassiano. *Marcha para oeste: a influência da bandeira na formação social e política do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1959.

SMITH, Henry N. *Virgin Land: the American West as symbol and myth*. Cambridge, MA; London: Harvard University Press, 2009.

TURNER, Frederick J. *The frontier in American history*. New York: Dover Publications, 2010.

VIGÁRIO, Marco A. Hollywood passou por aqui: estrelas americanas viveram em Anápolis uma curiosa experiência que será contada em documentário produzido por professor da UNB. *Jornal Tribuna de Anápolis*. Ano I, Edição nº 9. Anápolis, 3 a 9 de Julho de 2005.

Data de recebimento: 08/03/2016

Data de aceite: 13/08/2016